



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE CONSTATAÇÃO DE
IRREGULARIDADE



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DA ____ª ZONA ELEITORAL
(endereço, telefone e horário de funcionamento do cartório)

TERMO DE CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADE

EXPEDIENTE Nº _____ PROPAGANDA ELEITORAL - *ELEIÇÕES 2024*

Aos ____ dias do mês de _____ de 2024, às ____ h. ____ min., dirigi-me ao
____ (endereço/localização), neste município de ____/BA, e
CONSTATEI, acerca da fiscalização de propaganda irregular, o que segue:

I. Do Tipo de Propaganda (placas, faixas, cartazes etc.).

II. Da Quantidade e dimensões do material removido.

III. Da Localidade e do Bem Atingido.

IV. Da Identificação - Nomes(s) e número do(a)(s) candidato(a)(s), partido(s), coligação(ões).

V. Informações quanto à regularidade ou irregularidade da propaganda.

VI. Providências adotadas.

VII. Informações adicionais e anexos (se houver).

Do que para constar lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim,
fiscal de propaganda designada ou designado pela Juíza ou pelo Juiz Eleitoral na Portaria nº ____/2024.

_____/BA, ____ de _____ de 2024.

(nome)

Servidor(a)/Fiscal de Propaganda



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

ANEXO III- MODELO DE FORMULÁRIO DE NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DA _____ª ZONA ELEITORAL
(endereço, telefone e horário de funcionamento do cartório)

FORMULÁRIO DE NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE

EXPEDIENTE Nº _____ PROPAGANDA ELEITORAL - *ELEIÇÕES 2024*.

NOTICIANTE: _____
ENDEREÇO: _____

I. Do Tipo de Propaganda (placas, faixas, cartazes, publicação na internet etc.).

II. Da Quantidade e dimensões do material removido.

III. Da Localidade e do Bem Atingido.

IV. Da Identificação – Responsável (se houver); nomes(s) e número do(s) beneficiário(s) (candidato, candidata, partido ou coligação).

V. Informações quanto à regularidade ou irregularidade da propaganda.

VI. Providências adotadas.

VII. Informações adicionais e anexos (se houver).

_____/BA, ____ de _____ de 2024.

(nome)
Noticiante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

ANEXO IV - MODELO DE NOTIFICAÇÃO PROPAGANDA IRREGULAR



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DA ____ª ZONA ELEITORAL
(endereço, telefone e horário de funcionamento do cartório)

NOTIFICAÇÃO

PROPAGANDA ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024.

NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE EM PROPAGANDA ELEITORAL - NIPE Nº _____

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) da ____ª Zona Eleitoral, nos autos do procedimento supra, com fundamento na Lei nº 9.504/97, Resolução TSE nº 23.608/19 Resolução TSE nº 23.610/19 e com esteio no Provimento CRE/BA nº 04/2022, **NOTIFICO** o(a) Sr(a). _____ responsável/candidato(a) pelo(a) Partido/Federação/Coligação, em cumprimento a determinação judicial, para que, **NO PRAZO DE ____ HORAS/DIAS (INCLUIR PRAZO FIXADO PELO JUÍZO – ATÉ 48 HORAS)**, retire, regularize ou comprove a regularidade da(s) propaganda(s) eleitoral(is) veiculada(s) por meio de _____, divulgada(s) no(a) _____ (descrever o local onde foi encontrado), identificada na forma constante do(s) documento(s) em anexo (termo de constatação lavrado por este Cartório/Equipe de Fiscalização de Propaganda, cuja cópia segue anexa), providenciando a imediata comunicação à Justiça Eleitoral da providência tomada.

Advertências:

Conforme dispõe o art. 107, §1º, da Resolução TSE nº 23.610/19, a responsabilidade da candidata ou do candidato estará demonstrada se esta ou este, intimada ou intimado da existência da propaganda irregular, não providenciar, no prazo de 48 horas, sua retirada ou regularização e, ainda, se as circunstâncias e as peculiaridades do caso específico revelarem a impossibilidade de o beneficiário não ter tido conhecimento da propaganda (Lei nº. 9.504/97, art. 40-B, parágrafo único).

O cartório eleitoral deve ser comunicado sobre a efetiva retirada, inclusive com fotografias e/ou outras evidências que provem o fato, a fim de que esta comunicação subsidie eventual relatório de verificação do cumprimento da determinação. O descumprimento de decisões judiciais em sede de poder de polícia pode configurar a prática do crime previsto no art. 347 do Código Eleitoral.

_____/BA, ____ de _____ de 2024.

(nome)
Chefe de Cartório



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

ANEXO V- MODELO DE TERMO DE REGULARIZAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DA _____ª ZONA ELEITORAL
(endereço, telefone e horário de funcionamento do cartório)

TERMO DE CONSTATAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

PROPAGANDA ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024.
NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE EM PROPAGANDA ELEITORAL - NIPE Nº _____

Aos _____ dias do mês de _____ de 2024, às ____ h. ____ min., em cumprimento ao disposto no Provimento CRE/BA nº XX/2024, dirigi-me a(o) _____

(endereço/localidade), neste município, pelo que foi adotada/constatada a seguinte providência:

- ☐ Houve remoção da propaganda irregular pelo responsável/beneficiário.
☐ Não houve remoção da propaganda irregular pelo responsável/beneficiário.
☐ Houve remoção da propaganda irregular pela Justiça Eleitoral.
☐ Houve remoção da propaganda irregular pela Justiça Eleitoral com auxílio de órgão público local.
☐ Outras providências adotadas:

Do que para constar lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim, fiscal de propaganda designada ou designado pela Juíza ou pelo Juiz Eleitoral na Portaria nº ____/2024.

_____ de _____ de 2024.

(nome)
Fiscal de Propaganda



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

ANEXO VI- MODELO DE TERMO DE REMOÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DA ____ª ZONA ELEITORAL
(endereço, telefone e horário de funcionamento do cartório)

TERMO DE REMOÇÃO

PROPAGANDA ELEITORAL - ELEIÇÕES 2024.
NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE EM PROPAGANDA ELEITORAL - NIPE Nº _____

Aos ____ dias do mês de _____ de 2024, às ____h. ____min., dirigi-me ao
_____ (endereço/localização), neste município de _____/BA, e
REMOVI o material de propaganda irregular objeto de fiscalização, conforme segue:

I. Do Tipo de Propaganda (placas, faixas, cartazes etc.).

II. Da Quantidade e dimensões do material removido.

III. Da Localidade e do Bem Atingido.

IV. Da Identificação - Nomes(s) e número do(s) candidato(a)(s), partido(s), coligação(ões).

V. Informações quanto à regularidade ou irregularidade da propaganda.

VI. Providências adotadas.

VII. Informações adicionais e anexos (se houver).

Do que para constar lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim,
fiscal de propaganda designada ou designado o pela Juíza ou pelo Juiz Eleitoral na Portaria nº ____/2024.

_____/BA, ____ de _____ de 2024.

(nome)
Servidor(a)/Fiscal de Propaganda